

---

**PROJETO DE LEI Nº 050/2022, DE 23/06/2022**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

**EMENTA: ALTERA O ART. 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 434, DE 12 DE SETEMBRO DE 1995, QUE AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL DOAR BEM IMÓVEL AO DETRAN/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**PARECER:**

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo Municipal que pretende alterar o art. 1º da Lei Municipal nº 434/1995, que autorizou o Executivo Municipal a doar bem imóvel ao DETRAN/MT.

A Mensagem Legislativa nº 60/2022 que encaminhou o Projeto, justifica a necessidade da alteração, para corrigir erro formal quanto ao tamanho real da área doada, pois na Lei consta área de 1.500m<sup>2</sup> (mil e quinhentos metros quadrados), e na matrícula juntada ao Projeto consta o tamanho total sendo de 3.000m<sup>2</sup> (três mil metros quadrados).

O Projeto veio munido de cópia da matrícula do imóvel e Laudo de Avaliação, e trata-se tão somente de erro formal na letra da lei, não alterando substancialmente o seu teor.

Trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação e até mesmo consequente aprovação. Nesse sentido é o entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, in verbis:

**"O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples**



parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador.” (Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.) Sem grifo no original.

Ante ao exposto, entendo ser constitucional e legal o presente Projeto, podendo ser levado a votação em plenário, ressalvando que cabem aos nobres vereadores, após minuciosa análise das Comissões permanentes, analisarem se o disposto atende as necessidades dos munícipes.

Salvo melhor juízo, este é o Parecer.

Campo Novo do Parecis, MT, 05 de Julho de 2022.

  
**JOÃO CARLOS GEHRING JUNIOR**

**OAB/MT 24.318 – O**

**ASSESSOR JURÍDICO**